

Terceirização das políticas sociais e reconfiguração das relações de trabalho nas organizações não governamentais brasileiras¹

Resultados preliminares de pesquisa em curso sobre Trabalho e Trabalhadores nos Serviços Sociais (FAPESB/CNPQ)

GT 18- Reestructuración productiva, trabajo y dominación social

Angela Borges²
Elsa de Sousa Kraychete³

Resumo

Discutem-se as mudanças no perfil dos trabalhadores e nas formas de contratação das ONGs brasileiras, no contexto da Reforma do Estado e de reestruturação das Agências da Cooperação Internacional que, historicamente, se constituíram em importante fonte de financiamento dessas entidades. Baseada em entrevistas com gestores de ONGs filiadas à ABONG e com histórico de vinculação com Agências da Cooperação Internacional, a análise mostra como o chamado setor não lucrativo, capitaneado pelas ONGs, passou a ter no Estado brasileiro – nas três esferas de governo – uma das suas principais fontes financiadoras e que essa mudança - a terceirização da execução, acompanhamento e avaliação das políticas sociais – tal como em outros setores – tem se constituído em um importante mecanismo de precarização das relações de trabalho.

Palavras Chave: Precarização das relações de trabalho; ONGs; políticas sociais;

Terceirização das políticas sociais e reconfiguração das relações de trabalho nas organizações não governamentais brasileiras

A partir dos anos 90 e com maior intensidade e abrangência nos anos 2000, dois conjuntos de transformações, que nos planos nacional e internacional integram as transformações estruturais do capitalismo mundializado, afetaram fortemente o universo das Organizações Não Governamentais Brasileiras, particularmente aquelas voltadas para atuação em defesa de direitos, de segmentos sociais particulares, dos trabalhadores ou do conjunto dos cidadãos como é o caso das lutas pelo processo de redemocratização e de ampliação da participação e controle dos cidadãos e sobre as políticas públicas.

O primeiro conjunto de mudanças remete as transformações no âmbito das organizações da cooperação internacional voltadas para o apoio a ações contra a pobreza e em defesa de direitos nos países periféricos, buscando influenciar a pauta do debate público e a ação dos governos. Essas organizações, durante várias décadas, foram os principais financiadores das ONGs brasileiras com o perfil acima assinalado e o seu padrão de atuação e de financiamento influenciou fortemente este universo, sua forma de organização e de atuação.

Pode-se dizer que os trabalhadores que criaram, dirigiram e/ou atuaram nessas instituições desenvolveram uma cultura que foi fortemente tributária do padrão de acesso e gestão dos recursos que

¹ Uma versão preliminar desta comunicação foi apresentada no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em Belo Horizonte, Julho de 2013, com o título, Mudanças nas Agências de Cooperação Não Governamentais Europeias e reconfiguração do trabalho nas organizações não governamentais brasileiras.

² Dra. em Ciências Sociais/UFBA, Professora do PPG em Políticas Sociais e Cidadania/UCSal e Líder do Núcleo de Estudos do Trabalho/UCSal

³ Dra em Administração/UFBA, Professora do IHAC e do PPG em Administração/UFBA, Coordenadora do LABMUNDO/BA, Editora Científica do Caderno CRH.

asseguraram a expansão e as condições de operação ONGs, as quais acabaram de se constituir, para eles, em um espaço de trabalho alternativo, à margem do mercado e do Estado, no qual era possível combinar a atividade profissional com a militância política, em defesa de causas universais ou particulares, com a garantia de direitos trabalhistas e com graus de autonomia e liberdade de ação superiores aos vigentes nos demais espaços do mercado de trabalho. Como não poderia deixar de ser, as transformações na cooperação internacional forçaram a reconfigurarem dessas instituições, atingindo fortemente a dimensão do trabalho, como será mostrado.

O segundo conjunto de mudanças, mais ou menos simultâneas às transformações acima referidas, decorre dos novos padrões de atuação do Estado brasileiro, resultantes de uma reforma que – a partir dos anos 90 – buscou substituir o arcabouço institucional e o modo de atuação próprio do estado desenvolvimentista que comandou o país a partir dos anos 30 do século XX e em especial no pós-segunda guerra, por um modelo de estado mais adequado às novas necessidades do processo de acumulação de capital, explicitadas nos documentos do Banco Mundial e nos documentos do governo brasileiro – em especial do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Esse novo modelo de Estado atribui um papel relevante às ONGs, vistas como representação da sociedade civil e, enquanto tal, protagonistas e parceiras do Estado na concepção, implementação, gestão, avaliação e controle das políticas públicas e, com maior ênfase, no caso das políticas sociais, nas quais acumularam expertise nas décadas anteriores, fora do aparelho de Estado.

A forma assumida por essas mudanças, capitaneadas pela privatização de grande parte do setor produtivo estatal, em muitos aspectos seguiu de perto o processo de reestruturação das empresas privadas, centrado na busca por flexibilidade interna e externa, na incorporação de novas tecnologias e, sobretudo, na redução dos custos dos serviços prestados e das atividades intermediárias, para o que um ataque frontal à “rigidez” nas relações de trabalho e aos direitos dos trabalhadores do setor público passou a ser implementado de modo ininterrupto.

Também foram estratégicos para o redesenho do Estado brasileiro e dos serviços por ele prestados o recurso à terceirização, mecanismo através do qual as funções públicas foram transferidas ou passaram a ser compartilhadas com o setor privado, de várias maneiras: subcontratação, parceria público-privada, compra de serviços no mercado – de empresas, de prestadores de serviços, de cooperativas, etc - e com o chamado setor não lucrativo, capitaneado pelas ONGs, que passaram a ter no Estado brasileiro – nas três esferas de governo – uma das suas principais fontes financiadoras.

No caso específico dos serviços sociais, a reforma do Estado abriu espaço para a atuação das ONGs na execução, acompanhamento e avaliação das políticas sociais, em especial (mas não apenas) das políticas focalizadas, cuja concepção e desenho são, em boa medida, tributários da ação de movimentos sociais e de ONGs que até então lutavam pela defesa de direitos de segmentos excluídos e/ou em situação de desvantagem social.

Esses movimentos são coerentes, por sua vez, com a reconfiguração dos serviços ligados à reprodução nas sociedades contemporâneas. Atividades como as de educação e cultura, saúde, assistência, geração de emprego e renda, habitação e os serviços voltados para a garantia e defesa de direitos – indispensáveis à reprodução social e à efetividade dos direitos da cidadania - podem ser organizados e prestados de várias formas: como serviço público, pelo mercado, por organizações não lucrativas, no âmbito das famílias ou como auto-serviço, podendo um mesmo serviço ter o seu fornecimento compartilhado por dois ou mais desses agentes. A configuração assumida por cada uma dessas atividades em um dado momento histórico é tributária, sobretudo, do caráter do Estado Social, do modelo de proteção social vigente em cada país e do contexto macroeconômico e político mais amplo. No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, observa-se a tendência à transferência do provimento desses serviços do setor público para o mercado (setor lucrativo) ou para a esfera não lucrativa e para as famílias, como é o caso dos serviços do cuidado (Hirata; Guimarães, 2012).

No primeiro caso, o movimento atende à necessidade de abertura de novos espaços de valorização do capital, a qual, no centro ou na periferia do capitalismo tem levado a privatização (e

internacionalização), por exemplo, dos serviços de educação e saúde. Tais serviços, no todo ou nas suas partes mais racionalizáveis e rentáveis, passam a ser vendidos diretamente aos consumidores no mercado, por empresas privadas com fins de lucro ou são vendidos ao próprio Estado, que usa os recursos públicos para compra-los no mercado, como é o caso do SUS e do PROUNI. (Harvey, 2011)

No segundo caso, o Estado repassa a execução dos serviços a entidades sem fins lucrativos ou às famílias, mediante, na maior parte dos casos, a transferência de recursos públicos, desobrigando-se tanto da gestão desses serviços como do trabalho neles envolvido (Harvey, 2011; Hirata; Guimarães, 2012).

A seguir, com base em entrevistas com onze gestores de ONGs filiadas à ABONG e cujas atividades foram ou ainda são, no todo ou parcialmente, financiadas por organizações da cooperação internacional, discute-se um aspecto central desse processo de adaptação das ONGs brasileiras ao novo contexto do capitalismo, sob a égide das ideias e de políticas públicas de corte neoliberal: as mudanças nas formas de contratação e de remuneração e no perfil dos trabalhadores dessas instituições.

Mudanças no trabalho nas organizações não governamentais: percepções de dirigentes de ONGS brasileiras.

Todos os entrevistados declararam que as organizações que gerenciavam já haviam passado pela a experiência de transferência de recursos de entidades da Cooperação Internacional. Foram destacadas como parceiros importantes para as ONGs, no passado e ainda em menor medida hoje, principalmente as Agências da Comunidade Europeia mas também algumas instituições americanas, como a Fundação Ford.

Todos foram unânimes em relatar que a reconfiguração da Cooperação Internacional resultou na mudança do padrão de atuação dessas entidades, com graves consequências para as ONGs brasileiras. Parte dos gestores entrevistados informou que a suspensão total dos financiamentos originados dessas fontes já havia sido efetivada no último trimestre de 2011, quando foram realizadas as entrevistas, ou estava em vias de concretizar-se ao término de projetos em andamento. Outra parte relatou a continuidade desses financiamentos, porém com significativa redução dos valores financiados e importantes mudanças no perfil dos contratos.

Uma das mudanças mais destacadas refere-se à substituição do financiamento de atividades ou programas de médio ou longo prazos - de 2 a 5 anos -, que contemplavam o desenvolvimento e a sustentabilidade das ONGs, pelo financiamento a atividades pontuais - como campanhas - ou a projetos específicos e de curta duração, com focos e pauta pré-definidos. Os entrevistados explicaram que tal mudança reduziu enormemente a autonomia dos gestores brasileiros pois a maior parte desses novos contratos não prevê o aporte de recursos para cobrir as despesas com as atividades meio e a gestão institucional, as quais são indispensáveis à própria sobrevivência das ONGs e à manutenção do padrão de gestão e de relações de trabalho vigente até então.

Este novo formato dos financiamentos torna-se ainda mais problemático para as ONGs porque ele introduz novos padrões de acompanhamento e controle do uso dos recursos, padrões que seguem os modelos da gestão empresarial, focada em projetos (Boltanski; Chiapello, 1999), em resultados quantificáveis, na eficiência, na publicização dos resultados, etc, colocando essas instituições frente a uma realidade completamente distinta daquela na qual se formaram e atuavam, realidade à qual tiveram que se adaptar rapidamente.

Todos os gestores entrevistados chamaram a atenção para o dilema colocado por esse foco em projetos de curto prazo, cujos recursos cobrem apenas as atividades diretamente envolvidas na sua execução simultâneo à mudança radical no formato e nos mecanismos de controle que resultaram em um aumento do volume de trabalho das atividades meio (área administrativa das ONGs), sem fonte de financiamento.

Assim, a necessidade de construir e manter instrumentos de registro e de controle dos gastos dentro de modelos que variam conforme as exigências de cada financiador e a necessidade de ganhar expertise na captação de recursos, na publicização das ações desenvolvidas, na elaboração de relatórios em variados modelos tornou estratégica a fixação, mudança do perfil e até a ampliação do número de profissionais envolvidos nessas atividades, assim como a construção de modelos matriciais para assegurar a remuneração desses funcionários com recursos de diversos projetos. Tal importância assumida pela gestão institucional, ai incluídos o planejamento estratégico, a concepção e desenvolvimento de planos de ação, a construção de parcerias e de articulações políticas induziu mudanças na composição das equipes permanentes das ONGs, as quais cada vez menos contam no seu quadro permanente com profissionais diretamente responsáveis pela atividade-fim, cuja contratação tende a ser por projeto.

Na percepção dos entrevistados, vários fatores explicam as mudanças nas formas de atuação das Organizações da Cooperação Internacional com as quais mantinham parceria de longa data.

Em primeiro lugar, foi destacado que a partir dos anos 90, acompanhando a percepção e a orientação dos seus governos no âmbito da Cooperação Internacional, tais organizações passaram por uma mudança de prioridades as quais resultaram no redirecionamento da sua atuação para os países mais pobres, especialmente na África.

A melhoria no quadro econômico e institucional do Brasil levou à sua classificação pelas organizações da Cooperação Internacional como país de renda média e, como tal, dispensaria a ajuda internacional. Tal avaliação foi reforçada pelo governo brasileiro que, a partir dos anos 2000, passou a admitir que agora o país encontra-se na posição de levar a ajuda a outros países mais pobres, dentro da articulação Sul-Sul. Alguns entrevistados relataram, ainda, que as mudanças foram tão radicais que está ocorrendo até uma inversão no fluxo dos recursos, com as agências internacionais, antes financiadoras, se associando a ONGs brasileiras ou abrindo filiais no país para a captação de recursos para a sua atuação nos países muito pobres.

A literatura sobre a reconfiguração da Cooperação Internacional (Rabotnikof, N, Riggiozzi, M. P e Tussie, D., 2000; Kraychete, E. S., 2012) corrobora essa explicação para a implementação de novos padrões de gestão pelas agências: ela está de fato associada às mudanças sofridas por essas organizações, cada vez mais dependentes de recursos públicos dos seus respectivos governos, os quais também lhes impõem controles mais rígidos para concessão dos recursos e padrões de avaliação por resultados quantificáveis, semelhantes aos que existem nas empresas privadas. A atuação das agências responde igualmente às exigências dos seus financiadores privados, os quais igualmente priorizam os países mais pobres e o uso de recursos em projetos que cheguem a resultados palpáveis e passíveis de serem apresentados como evidências (indicadores) de responsabilidade social/ambiental das empresas.

Finalmente, na leitura que fazem da crise gerada pela drástica redução dos financiamentos provenientes as agências de cooperação internacionais, os gestores das ONGs brasileiras entrevistados lembraram que a nova situação cambial do país, com a valorização do Real, ampliou o problema, por implicar na redução do poder de compra dos financiamentos em moeda estrangeira.

O acesso às fontes nacionais como alternativa de sobrevivência e o novo papel das ONGs brasileiras

A quase totalidade dos entrevistados relatou que, sobretudo a partir dos anos 2000, quando a saída das Agências internacionais já estava estabelecida, a busca de fontes alternativas nacionais coincidiu com a abertura de oportunidades de financiamento pelo estado brasileiro, nos três níveis de governo. Na altura das entrevistas (segundo semestre de 2011), não só quase todas as ONGs selecionadas já recebia algum tipo de financiamento público como a maioria delas já tinha a maior parte do seu

orçamento coberto por este tipo de fonte. As poucas exceções foram explicadas pela dificuldade de acessar este tipo de financiamento quando a atividade da ONG é focada em ações de articulação e apoio a movimentos sociais e a outras ONGs e não na execução direta de serviços ou pela opção de se restringir ao apoio internacional por avaliar que o financiamento governamental, pelo valor e pelas condições estabelecidas, não viabiliza a atividade da ONG.

Segundo os entrevistados, especialmente a partir de meados dos anos 2000, a principal forma de acesso aos financiamentos governamentais são os Editais Públicos, voltados para a seleção de parceiros para execução projetos específicos, ligados a políticas de cunho social ou a atividades de avaliação, etc. Trata-se de um processo de terceirização da execução, no todo ou em parte, das políticas públicas, processo no qual o recurso vem “carimbado”, isso é, atende apenas à pauta e necessidades governamentais, não abrindo espaço para a sua utilização para o financiamento de outras atividades previstas na programação da ONG e importantes para o cumprimento da sua missão. Trata-se, portanto, de um modelo de financiamento que obriga tais instituições a ajustarem a sua programação – e a sua missão – às demandas do “mercado” governamental. As ONGs históricas, surgidas no período da ditadura ou durante os anos 80, vão tendo a sua sobrevivência condicionada à sua adaptação à condição de prestador de serviços ao Estado reconfigurado, em um universo de “terceiras” que inclui outros tipos de instituição, inclusive outras ONGs surgidas mais recentemente e já constituídas dentro deste novo formato.

Os Editais são lançados geralmente por Ministérios e Secretarias (Governo Federal) e Secretarias dos governos Estaduais e Municipais ou por órgãos da administração descentralizada e empresas estatais e, cada um deles tem um Manual de Execução ou Orientações para Execução, documentos que estabelecem os parâmetros básicos para execução do projeto nos mínimos detalhes: além da sua duração, rubricas em que o recurso pode ser gasto (e as restrições de uso), cálculo dos valores para estimar as contrapartidas institucionais, e valores máximos para remuneração de pessoal, de acordo com a função, escolaridade/titulação e carga horária, etc. Ou seja, o formato dos Editais inaugura um tipo de financiamento bem mais restritivo do que aqueles a que as ONGs tinham acesso tradicionalmente, com regras, condicionalidades, critérios de seleção, padrão de alocação de recursos, prazos, mecanismos de prestação de contas mais rígidos e valores que são considerados baixos pelos entrevistados, tendo sido relatado casos de desistência após a ONG ter sido selecionada para a execução, exatamente pela avaliação de que a atividade seria sub-remunerada, o que inclui o trabalho, principal insumo neste tipo de atividade.

A contratação das ONGs pelo Estado através de editais contém os principais elementos que caracterizam os processos produtivos e as relações de trabalho na era da acumulação flexível, os quais foram incorporados às “boas práticas” do setor público brasileiro, a partir da Reforma do Estado conduzida pela gestão neoliberal: terceirização maciça, desresponsabilizando o tomador – no caso, o Estado - da tarefa de contratar e gerir os trabalhadores que executam as políticas; manutenção de equipes “enxutas”, evitando sobrecarregar a folha de pagamento e liberando os recursos para outras finalidades; gestão centrada na redução de custos, em especial nos custos do trabalho; gestão “por projeto”, buscando assegurar flexibilidade também do lado da oferta dos serviços e desenvolver novos mecanismos de avaliação e controle dos processos; crescente racionalização dos processos produtivos inclusive nas esferas pouco adequadas a esse tipo de acompanhamento, com é o caso dos chamados “Serviços Sociais” (Borges, A, 2004, Bresser Pereira, 2002, Boltanski; Chiapello, 1999)

Do ponto de vista das ONGs e dos seus trabalhadores, os dois processos acima sumariados – a retirada e a reconfiguração do formato da ajuda dos financiadores internacionais e a crescente dependência das ONGs de recursos públicos acessados através do atual modelo de editais - fizeram-se sentir rapidamente, obrigando os seus gestores e trabalhadores com maior experiência, engajamento e compromisso com a organização a rápidos ajustes para assegurar a sobrevivência da entidade.

Segundo aos entrevistados, o novo formato de financiamento atingiu fortemente a gestão e o perfil dos profissionais das ONGs. Como os editais preveem apenas o financiamento das atividades

diretamente relacionadas com o projeto, não admitindo cobertura de despesas com infraestrutura, equipe de apoio, atividades de coordenação e gestão da instituição tornou-se necessária a adoção de estratégias e improvisos que aumentam sobremaneira o volume de trabalho do setor administrativo/financeiro, tornando-se necessário, como já observado, montar um modelo matricial complexo para cobrir as despesas relativas ao funcionamento institucional.

Esse aumento do volume de trabalho nas atividades meio é propiciado também pelo padrão de gestão e de controles extremamente burocratizado dos financiadores. Trata-se de recursos públicos, cuja utilização é obrigada a cumprir as exigências e condicionalidades previstas em lei, o que faz com que, independente do valor do projeto, a ONG deve dar conta de um volume de trabalho muito grande com exigências que vão desde a preparação do projeto e dos documentos necessários à sua submissão aos editais, aos controles dos gastos e comprovações necessárias, até a preparação de relatórios técnicos e financeiros parciais e finais. E, ressaltam os gestores entrevistados, cada Edital, cada financiador adota o seu modelo de projeto, de relatório, etc., tornando mais complexa a gestão de cada projeto.

Essa situação tem levado a reforçar/priorizar, na maior parte das ONGs entrevistadas, a equipe administrativa/financeira, dona da expertise necessária ao cumprimento das novas exigências, em detrimento da equipe que atua na atividade fim. Assim, esses profissionais (administradores, contadores, etc) tornaram-se os mais indispensáveis ao funcionamento da instituição, sendo mais poupados nos cortes e na flexibilização de contratos.

Além disso, o perfil dos quadros das ONGs tem mudado em decorrência das crescentes exigências de escolarização/titulação dos executores o que tem forçado a substituição de antigos empregados por novos quadros; embora esta seja uma mudança positiva, por permitir a formação de equipes mais qualificadas, também tem consequências consideradas negativas pelos gestores entrevistados: os novos profissionais, têm um perfil de mais técnico mas são menos comprometidos com a missão institucional e não tem o engajamento político e ideológico com as causas defendidas pela ONG, que sempre caracterizou o seu corpo de funcionários. Neste sentido, foram relatados casos em que foi necessário substituir profissionais durante a execução do projeto, pela total inadequação revelada por alguns dos contratados por critérios exclusivamente técnicos. Ademais, a tendência a contratos de curta duração (como será mostrado) tem levado à formação de equipes passageiras, apenas em função de um projeto ou de partes dele, aqui também contribuindo para a perda de capital político e cultural acumulado pelos ONGs. É o trabalhador flexível, sem compromissos com as organizações, focado na construção de uma “carreira” cujos referenciais não são dados pela instituição – ou, no caso, pela política em que se insere – mas que, pelo contrário não tem parâmetros fixos, transitando de um contrato a outro, de um projeto a outro e, não raro, acumulando vários contratos ou ocupações/empregos.

Quanto a este ponto, quando solicitados a falar sobre os impactos das mudanças no financiamento das suas atividades sobre os padrões de contratação e o perfil dos vínculos empregatícios, todos entrevistados deixaram claro que os ajustes necessários à sobrevivência das organizações e a forma de funcionamento possível dentro do modelo dos Editais aponta para a precarização do trabalho e das relações de trabalhos nas ONGs. Deste modo, foram relatados:

- demissões em massa, com ou sem recontração de todos ou alguns dos funcionários “sem carteira assinada”, pela impossibilidade de arcar com a folha de pagamento (salários e encargos);
- redução da jornada de 40h para 20h ou 30h com redução de salário, em muitos casos com o funcionário – que pode ser um dos gestores - continuando a trabalhar a jornada integral;
- contratação por tempo determinado tornando-se mais frequente do que a contratação por tempo indeterminado (antes predominante), pela impossibilidade de assumir o compromisso de permanência no emprego para além da conclusão do projeto e para não ampliar os custos das demissões;
- contratação por prestação de serviços, consultoria, etc, em síntese, remuneração por tarefa, formas flexíveis (e desprotegidas) mais adequadas ao novo padrão de financiamento;

- rebaixamento dos níveis de remuneração imposto pelo montante de recursos disponibilizado para a execução dos projetos, quando não pelos tetos de remuneração estabelecidos nos editais para cada tipo de profissional ou cargo e duração da jornada, sempre muito baixos. Foi observado inclusive, por alguns gestores, que essa estimativa rebaixada de custos do projeto tem inviabilizado a continuidade do plano de cargos e salários anteriormente vigente na ONG. O que sugere que o Estado brasileiro, nos três níveis de governo, vem utilizando as ONGs como mecanismo de redução dos custos das políticas sociais, implicando em graves perdas para os trabalhadores e na crescente precarização do trabalho nesta esfera. Ao invés de funcionários públicos estáveis, com direitos e possibilidade de carreira, os governos recorrem a trabalhadores terceirizados, temporários, submetidos contratos precários e mal remunerados e que circulam entre várias instituições e/ou que acumulam inserções precárias em vários espaços profissionais.

Considerações finais

As mudanças nas fontes e formas de financiamentos das ONGs e o modo como elas vem sendo incorporadas como parceiras do Estado no âmbito das políticas públicas tem levado à descaracterização das ONGs mais tradicionais e à proliferação de ONGs “ajustadas” ao novo modelo e, umas e outras, tornam-se verdadeiras “terceiras” dos governos, que assim buscam assegurar a flexibilidade e o rebaixamento dos custos para, a um só tempo, responder à crescente demanda por serviços sociais – em especial aqueles focalizados e voltados para atender às demandas de segmentos historicamente mais vulneráveis e expostos a mecanismos de exclusão e de reprodução de desigualdades - e para fazer cumprir as recomendações/imposições da ordem do mercado (ou neoliberal) de operar de forma flexível, com custos baixos e reduzindo o máximo as despesas com pessoal para assegurar o cumprimento dos contratos e o equilíbrio fiscal.

Referências Bibliográficas

- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. O novo espírito do capitalismo, SP, Martins Fontes - WMF, 1999
- BORGES, A. Reforma do estado, emprego público e a precarização do mercado de trabalho, Salvador, Caderno CRH, v.17, n. 41, 2004
- BRESSER PEREIRA, L.C. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CLEMENTE, A.. Cooperación para el desarrollo y reforma del Estado. El rol de la cooperación externa en la territorialización de las políticas sociales de atención a la pobreza. In. ARIAS, A. J., VALLONE e GABRIEL, M.. (org.). La dimensión social de la cooperación internacional: aportes para la construcción de una agenda post-neoliberal. p. 67 - 95, Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2010.
- HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- HIRATA, H; GUIMARÃES, N. A (org). Cuidado e cuidadoras - as várias faces do trabalho do care, S.P. Ed. Atlas, 2012
- KRAYCHETE, E. S. O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. Caderno CRH, vol. 25, n. 65, Salvador, maio/ago 2012.

RABOTNIKOF, N, RIGGIOZZI, M. P e TUSSIE, D. Los organismos internacionales frente a la sociedad civil; las agendas en juego. In. Luces y sombras de una nueva relación; El Banco Interamericano de Desarrollo, El Banco Mundial y la Sociedad de Viltadad Civil. Buenos Aires: CLACSO e Temas Grupo Editorial, 2000.